



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA (SECONT)

Concurso Público

CARGO 2
AUDITOR DO ESTADO

ESPECIALIDADE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os dados identificadores de seu cargo/especialidade transcritos acima, no rodapé de cada página numerada deste caderno, na folha de respostas e na folha de texto definitivo da prova discursiva. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou haja divergência quanto aos dados identificadores de seu cargo/especialidade, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Os costumes resultam do hábito convertido em caráter.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 6 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.



- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nos itens que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O Brasil também se prepara para investir em um
trem de alta velocidade: a linha que ligará o Rio de Janeiro
a São Paulo, a 360 km/h, deverá ir a leilão até o fim do ano
4 e estar pronta em 2014, a tempo da Copa do Mundo de
futebol. Quem embarcar na estação do Campo de Marte, em
São Paulo, estará na estação Central do Brasil, no Rio, 1
7 hora e 33 minutos depois. Mas o valor da obra já está 63%
acima do previsto pelo Programa de Aceleração do
Crescimento (PAC). Dos iniciais R\$ 21,23 bilhões o custo
10 acelerou para R\$ 34,6 bilhões, conforme recente estudo da
Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A
diferença se deve, entre outros fatores, à inclusão do custo
13 dos impactos socioambientais. A fatia maior — R\$ 24,5
bilhões — será destinada às obras civis, e o restante para
aquisição de trens, implantação dos sistemas necessários,
16 medidas socioambientais e outras.

Embora apenas empresas estrangeiras tenham
capacidade tecnológica e estrutura para atender às exigências
da licitação, uma de suas cláusulas estabelece a
obrigatoriedade de transferência de tecnologia a empresas
nacionais agregadas ao projeto do vencedor. “É uma grande
oportunidade de se retomar a capacidade para desenvolver
o sistema ferroviário brasileiro”, observa o presidente da
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).
22 Em sua opinião, o abandono do transporte ferroviário nas
últimas décadas criou gargalos na infraestrutura nacional que
obrigam a adoção de “projetos mobilizadores”, como o trem-
28 bala, para estimular um novo salto tecnológico. E o receptor
dessa transferência de tecnologia pode ser o Parque
Tecnológico de São José dos Campos, acrescenta. Proposta
31 nesse sentido já foi encaminhada ao governo federal, mas
uma definição ainda deve esperar até a conclusão do
processo licitatório.

Se o custo da obra é alto, o preço da passagem não
fica atrás: R\$ 150 na classe econômica e R\$ 200 na
executiva, fora do horário de pico, e R\$ 200 na econômica
e R\$ 300 na executiva, durante o horário de pico. A ANTT
projeta que, já em 2014, seriam transportados pelo trem-bala
6,4 milhões de passageiros por ano, contra 3,9 milhões do
40 transporte aéreo, 960 mil de automóveis e 865 mil de ônibus.
Atualmente, a demanda do transporte aéreo é de 4,4 milhões
de passageiros por ano. A estimativa é de que, em 2024, a
43 demanda pelo trem de alta velocidade passe para
10,2 milhões de passageiros por ano e, em 2044, para
24,9 milhões por ano. A agência estima que em 2014
46 teremos 42 trens em operação, o que significa um trem a
cada 20 minutos no horário de pico, com capacidade máxima
de 855 passageiros por viagem.

Michael Moyer. *A Terceira Via*. In: *Scientific American Brasil*, set./2009, p. 12 (com adaptações).

A partir do texto ao lado, de Michael Moyer, julgue os itens a seguir.

- 1 O período inicial do texto sugere que outro país, além do Brasil, está às voltas com projeto ferroviário semelhante ao mencionado ou, ainda, que o Brasil se prepara para fazer investimentos também em outros projetos.
- 2 As consequências socioambientais elevaram os gastos previstos na obra ferroviária brasileira porque a reparação dos danos ambientais dela oriundos também é de responsabilidade do empreendedor.
- 3 O Parque Tecnológico de São José dos Campos carece de inovações no campo ferroviário.
- 4 A substituição da locução verbal “deverá ir” (l.3) pela forma verbal **irá** mantém a correção gramatical do texto e as ideias nele originalmente expressas.
- 5 Dado o padrão culto da linguagem, a impessoalidade e a formalidade que caracterizam o texto, ele poderia constar de um expediente de comunicação oficial.
- 6 O período que tem início na linha 17 poderia ser reescrito da seguinte forma, sem acarretar prejuízo para a correção gramatical ou para os sentidos originais do texto: Apenas empresas estrangeiras têm capacidade tecnológica e estrutura para atender às exigências da licitação, entretanto uma de suas cláusulas estabelece a obrigatoriedade de transferência de tecnologia a empresas nacionais agregadas ao projeto do vencedor.
- 7 Na linha 21, o emprego de preposição na expressão “ao projeto” é exigência sintática do vocábulo “agregadas”, que a precede.

A lógica sentencial, ou proposicional, trata das sentenças, ou proposições, passíveis de receberem um, e apenas um, entre os dois valores lógicos: falsa (F) ou verdadeira (V). É usual simbolizar as proposições por letras maiúsculas do alfabeto e construir novas proposições usando-se símbolos lógicos. A proposição simbolizada por $\neg A$, a negação da proposição A, terá valor lógico V, se A for F, e valor lógico F, se A for V. A proposição simbolizada por $A \vee B$, lida como “A ou B”, terá valor lógico F quando A e B forem F, e, nos demais casos, será V. A proposição simbolizada por $A \rightarrow B$, lida como “se A, então B”, ou “B é condição necessária para A”, terá valor lógico F quando A for V e B for F, e, nos demais casos será V. A proposição simbolizada por $A \wedge B$, que se lê “A e B”, terá valor lógico V quando A e B forem V, e, nos demais casos, será F.

Um argumento é denominado válido, ou correto, se, simbolizado por $P_1 \wedge P_2 \wedge \dots \wedge P_n \rightarrow Q$, for uma tautologia, isto é, for valorado sempre como V.

Com base nessas definições, julgue os itens a seguir.

- 8 Se a proposição simbolizada por $A \wedge B \rightarrow C$ for um argumento válido, então a proposição $A \wedge B \wedge (\neg C)$ será falsa.
- 9 Suponha que as proposições “Edu tem um *laptop* ou ele tem um celular” e “Edu ter um celular é condição necessária para Edu ter um *laptop*” sejam verdadeiras. Nesse caso, considerando essas proposições como premissas e a proposição “Edu tem um *laptop*” como conclusão de um argumento, então esse argumento é válido.
- 10 Se as proposições A, B e D forem V, então é possível que as proposições E, C, $E \rightarrow C$, $B \rightarrow E$ e $A \wedge C \rightarrow (\neg D)$ também sejam V.
- 11 Considere que sejam valoradas como V as duas seguintes proposições: “Todo candidato ao cargo de auditor tem diploma de engenheiro”; e “Josué é engenheiro”. Nesse caso, como consequência da valoração V dessas proposições, é correto afirmar que também será valorada como V a proposição “Josué é candidato ao cargo de auditor”.

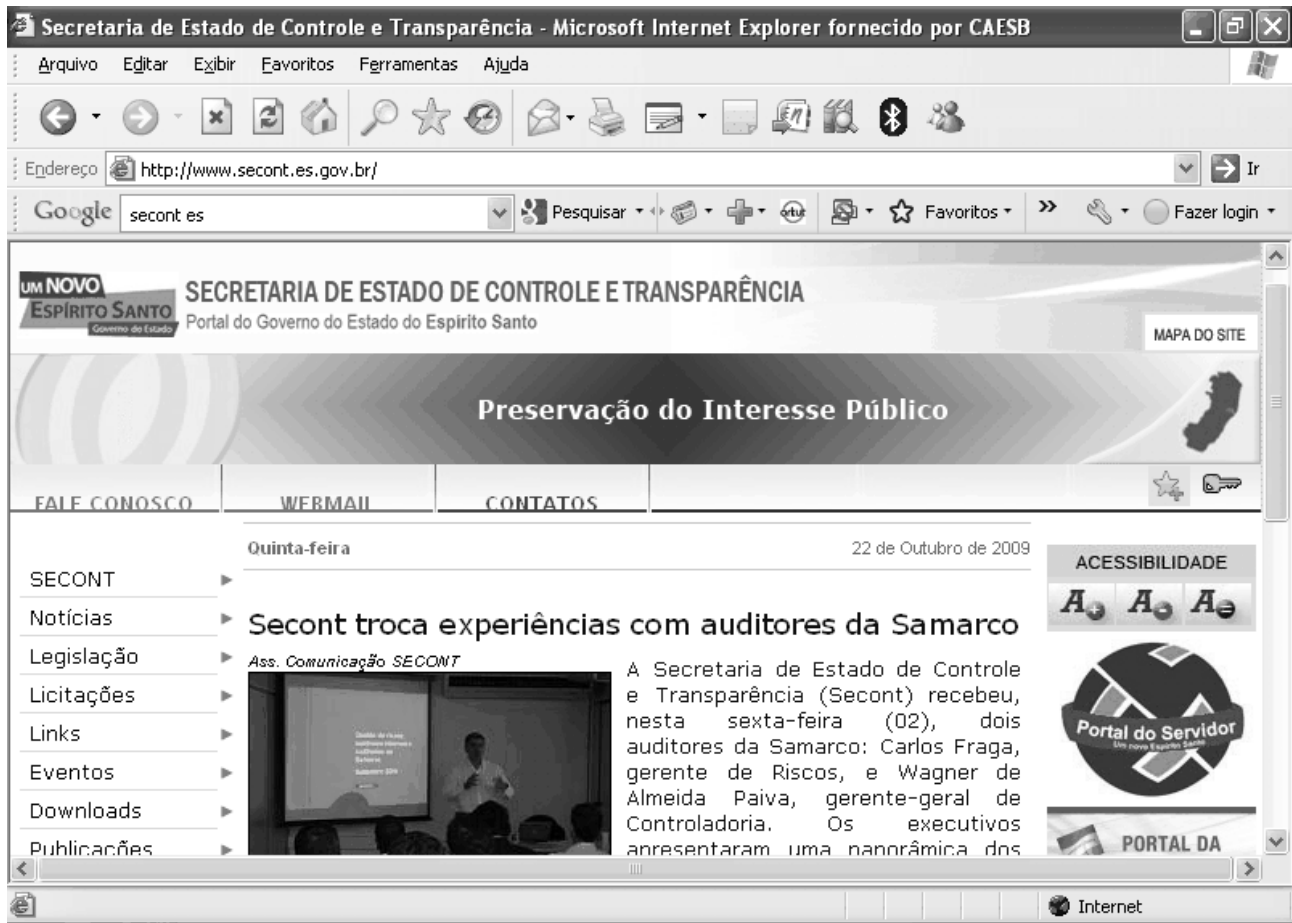
Com respeito à quantidade de possibilidades de ocorrência de um evento, julgue os itens que se seguem.

- 12 Considere que o acesso à ala de segurança de uma empresa seja permitido para 152 empregados, desde que utilizem uma senha individual formada por 3 algarismos distintos escolhidos entre os algarismos de 1 a 7. Nesse caso, sobrarão mais de 50 senhas.
- 13 Considere que um jogo eletrônico consista em executar uma música utilizando um conjunto de instrumentos musicais, seguindo determinado ritmo caracterizado por um nível de dificuldade. O jogador tem 3 opções para a escolha dos instrumentos musicais, 5 opções para o nível de dificuldade e 5 opções de música. Nessa situação, o número máximo de configurações a escolher para participar do jogo é igual a 13.








Uma companhia aérea oferece 2 promoções para seus clientes na compra de passagens. Essas promoções diferenciam nos preços e nas quantidades de cidades que incluem. Na promoção 1, as partidas são sempre de Vitória para 8 cidades diferentes, com tarifas iguais. Na promoção 2, as partidas são sempre de Brasília para 10 cidades distintas, também com tarifas iguais.

Com relação a essas promoções, julgue o item seguinte.

- 14 Considere que um cliente dessa companhia queira fazer 6 viagens em trechos cobertos pelas promoções 1 e 2. Nesse caso, se o cliente incluir até 2 trechos cobertos pela promoção 1, ele terá mais de 8 mil opções distintas para formar seu conjunto de 6 viagens.



A figura acima ilustra uma janela do Internet Explorer (IE) com uma página *web* sendo acessada. Considerando essa figura, julgue os próximos itens, acerca da Internet, sistema operacional e aplicativos no ambiente Windows.

- 15 Por meio de funcionalidades encontradas ao se clicar o botão , é possível acionar procedimento para adicionar a página *web* acessada como favorita do IE.
- 16 Caso o texto na página *web* mostrada seja selecionado, ele pode ser enviado para a área de transferência do Windows clicando-se na opção Copiar do menu **Editar** do IE. A seguir, é possível colar esse texto em um documento do Word 2003, que permite fazer alterações na sua formatação.
- 17 O termo *webmail* se refere à interface que permite ao usuário ler e processar seus *e-mails* diretamente da página *web* acessada na Internet, caso tenha permissão. Na figura mostrada, as funcionalidades relativas ao referido termo são disponibilizadas por meio do botão **WEBMAIL**.
- 18 Os aplicativos do Br.Office.org 2007 não são compatíveis com o ambiente do sistema operacional Windows XP.
- 19 Na estrutura de diretórios ilustrada a seguir, criada no Windows Explorer, se a pasta  **A SECONT** for excluída, os arquivos na pasta  **RELATÓRIOS** serão mantidos no computador em uso, na unidade C.
-  Meu computador
 -  Disco local (C:)
 -  **A SECONT**
 -  RELATÓRIOS
- 20 Para viabilizar a recuperação dos dados armazenados em um computador, os *backups* devem ser guardados em local seguro, em mídias separadas dos equipamentos.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Acerca de auditoria e fiscalização, julgue os itens a seguir.

- 21** Fiscalização e auditoria são procedimentos distintos. Enquanto a fiscalização tem por objetivo obter dados e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos e entidades jurisdicionados, o objetivo da auditoria é fazer avaliações operacionais e aferição dos resultados dos programas e projetos governamentais.
- 22** De modo a dar consistência ao processo de auditoria, os critérios empregados para avaliação devem ser fixos, independentemente da entidade auditada, embora possam ser adaptados à realidade de cada caso na fase da elaboração da visão geral da entidade auditada.
- 23** O controle interno deve basear-se no princípio da segregação de funções, segundo o qual uma mesma pessoa ou entidade não pode ser simultaneamente responsável pelos ativos e pelos registros contábeis.

Acerca das etapas e características do trabalho de auditoria, julgue os itens subsequentes.

- 24** Se a técnica de comparação entre uma condição e um critério resultar em divergência, tem-se um achado de auditoria.
- 25** Os registros administrativos existentes na entidade auditada são considerados fontes primárias de informação para o auditor ou entidade de auditoria.
- 26** O programa de auditoria constitui o resultado do planejamento feito antes que a execução da auditoria propriamente dita tenha início. Assim sendo, esse documento não será considerado um papel de trabalho do auditor.
- 27** O parecer adverso é o tipo de relatório que o auditor deve emitir quando houver incertezas ou restrições ao âmbito da auditoria que impossibilitem a formulação de uma opinião a respeito das demonstrações financeiras.

Com relação à classificação das auditorias no setor público e às formas como elas podem ser realizadas, julgue os itens que se seguem.

- 28** Considere que o controle interno de um ente governamental tenha decidido dividir o trabalho de determinada auditoria entre os servidores lotados no órgão central e em unidades regionais de controle interno. Nesse caso, trata-se de uma auditoria integrada.
- 29** Quando se pretende fazer o exame dos registros e documentos mediante procedimentos específicos pertinentes ao controle do patrimônio da unidade, da entidade ou do projeto, deve-se realizar uma auditoria de acompanhamento da gestão.
- 30** Somente por meio da auditoria operacional verifica-se a efetividade e a aplicação de recursos externos, oriundos de agentes financeiros e organismos internacionais.

Com relação aos princípios constitucionais da administração pública e aos servidores públicos, julgue os itens a seguir.

- 31** Somente se legitima a fixação de limite de idade para inscrição em concurso público quando prevista em lei e possa ser justificada pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
- 32** O período em que determinado servidor público estadual estiver afastado de suas atividades públicas, para o exercício de mandato eletivo, deve ser contado como tempo de serviço para todos os efeitos legais, salvo para promoção por merecimento.

No tocante às finanças públicas, ao orçamento público e à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue os itens subsequentes.

- 33** De acordo com a Constituição Federal (CF), a fiscalização financeira da administração pública direta e indireta, por envolver matéria relacionada ao controle interno, pode ser disciplinada por meio de lei ordinária.
- 34** No processo legislativo referente às leis orçamentárias, é admissível a utilização de emendas pelos membros do Poder Legislativo, ainda que se trate de proposições constitucionalmente sujeitas à cláusula de reserva de iniciativa e independentemente de relação de pertinência com a proposição original.
- 35** No exercício de suas atribuições constitucionais, o TCU pode examinar, previamente, a validade de contratos administrativos celebrados pelo poder público, tendo a sua decisão eficácia de título executivo.
- 36** Para fortalecer o controle interno do Poder Executivo, a CF estabelece que os responsáveis pelos órgãos públicos, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela devem dar ciência ao TCU, sob pena de responsabilidade subsidiária, não se aplicando tal regulamento aos Poderes Legislativo e Judiciário.

Quanto à organização do Estado brasileiro, julgue os itens seguintes.

- 37** Por serem dotados de autonomia própria, os municípios apresentam capacidade de auto-organização, autogoverno, autoadministração e competências legislativas específicas, como a de legislar acerca da vocação sucessória dos cargos de prefeito e vice-prefeito, em caso de dupla vacância.
- 38** Ao dispor a respeito do princípio da indissolubilidade do vínculo federativo, a CF afastou o direito de secessão das unidades da Federação, podendo a União, quando demonstrada a intenção de rompimento do pacto federativo, intervir nos municípios para manter a integridade nacional.

No que concerne à intervenção federal e à repartição de competências, julgue os itens que se seguem.

- 39** A União deve intervir no estado da Federação que estiver descumprindo o princípio constitucional da autonomia municipal. Nessa hipótese, é dispensada a apreciação dessa medida pelo Congresso Nacional, e o decreto limita-se a suspender a execução do ato impugnado, se a mesma medida bastar ao restabelecimento da normalidade.
- 40** Lei estadual que assegure ao consumidor o direito de obter informações acerca de determinado produto não invade a esfera de competência da União, para editar normas gerais acerca de produção e consumo e responsabilidade por dano ao consumidor.

Quanto às licitações e aos contratos administrativos, julgue os itens seguintes.

- 41** No procedimento do pregão, o critério de seleção a ser adotado no julgamento das propostas deve ser o de menor preço, podendo o pregoeiro desconsiderar as especificações técnicas definidas no edital.
- 42** Para viabilizar o controle dos gastos públicos, qualquer cidadão pode requerer à administração pública os valores das obras e os preços unitários de determinada obra executada.
- 43** No entendimento do TCU, a prorrogação dos prazos previstos nos contratos administrativos somente é válida quando ainda não estiver expirado o termo original.
- 44** Se o contrato celebrado com a administração pública for considerado nulo, por ausência de prévio procedimento licitatório, o ente público pode deixar de efetuar o pagamento pelos serviços prestados, independentemente da presença de má-fé ou de ter o contratado concorrido para a nulidade.

Considerando as normas constitucionais concernentes aos servidores públicos, julgue o item abaixo.

- 45** Em hipóteses excepcionais e plenamente justificadas, é possível o preenchimento de cargos públicos permanentes mediante contrato administrativo.

Quanto aos princípios constitucionais do direito administrativo brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 46** Como decorrência do princípio da impessoalidade, a CF proíbe a presença de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos.
- 47** Tendo em vista o princípio da continuidade do serviço público, na hipótese de rescisão do contrato administrativo, a administração pública detém a prerrogativa de, nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato.

A respeito dos atos administrativos e da responsabilidade dos servidores públicos, julgue os itens subsequentes.

- 48** Uma das hipóteses de desvio de poder é aquela em que o agente público utiliza-se do poder discricionário para atingir uma finalidade distinta daquela fixada em lei e contrária ao interesse público, estando o Poder Judiciário, nesse caso, autorizado a decretar a nulidade do ato administrativo.
- 49** Um cidadão que tenha sido absolvido na esfera penal por insuficiência de provas quanto à autoria de determinado crime funcional, não pode ser processado e responsabilizado pelo mesmo fato na esfera administrativa.

Em relação à organização administrativa da União, julgue o próximo item.

- 50** As sociedades de economia mista são constituídas tão somente por capital público.

Com relação ao orçamento público e ao ciclo orçamentário, julgue os itens a seguir.

- 51** O princípio orçamentário da universalidade preceitua que o orçamento deverá conter todas as receitas e despesas pelos seus valores líquidos, subtraídas as deduções estabelecidas pela legislação vigente.
- 52** A empresa em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto fará parte do orçamento das empresas estatais, desde que não seja uma empresa dependente.
- 53** As propostas orçamentárias parciais dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão elaboradas respeitando os limites estipulados na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- 54** Expressão físico-financeira do planejamento governamental, o orçamento público será entendido, sobretudo, como um instrumento que expressa, anualmente, o conjunto de ações visando alcançar maiores níveis de eficiência e eficácia da ação do governo.
- 55** O projeto da LDO do governo federal, para o exercício financeiro de 2010, encontra-se em fase de apreciação e discussão no Poder Legislativo, que deverá fazê-lo até o início do próximo recesso parlamentar.
- 56** Uma das vantagens do orçamento-programa em relação ao orçamento tradicional é a possibilidade de se conjugar a formulação do orçamento ao planejamento governamental.

A respeito de créditos adicionais, julgue os itens que se seguem.

- 57** Os créditos adicionais especiais independem da existência prévia de recursos disponíveis e destinam-se a despesas para as quais não havia dotação orçamentária específica.
- 58** A Lei Orçamentária Anual (LOA) poderá ser utilizada para autorizar o Poder Executivo a abrir, durante o exercício financeiro, créditos adicionais suplementares até determinado montante, o que garantirá certo grau de flexibilidade à execução orçamentária.

Acerca dos convênios e dos contratos de repasse, julgue os itens subsequentes.

- 59** No ato de celebração do convênio ou do contrato de repasse com vigência plurianual, a concedente deverá empenhar o valor total a ser transferido durante a sua vigência.
- 60** Na celebração de convênio entre o governo federal e município brasileiro, fica acordado que a contrapartida do conveniente poderá ser atendida por meio de bens e serviços, desde que economicamente mensuráveis, mesmo nos casos em que o valor total do convênio seja igual ou inferior a R\$ 70.000,00.

Com base na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens a seguir.

- 61** Considere que, em determinado ente da administração, tenha havido solicitação de abertura de crédito especial antes do encerramento do exercício financeiro e que o balanço orçamentário parcial apresente a situação mostrada na tabela a seguir. Nesse caso, é correto afirmar que, pela execução orçamentária, não há recursos para a abertura do crédito especial solicitado.

balanço orçamentário	RS milhões
receita prevista	500
despesa fixada (já acrescida do <i>superavit</i> financeiro)	580
receita arrecadada	550
despesa realizada	510

- 62** O governo de determinado estado não pode empenhar, no último mês do mandato do respectivo governador, mais que o duodécimo das despesas autorizadas para o exercício, nem tampouco assumir, no mesmo período, compromissos que vençam no mandato seguinte.

Tendo como referência a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens subsequentes.

- 63** A Internet é um dos veículos que asseguram transparência, ao permitir o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos entes públicos. Os prazos que os municípios têm para divulgar essas informações variam em razão inversa à sua população.
- 64** Considere que o prefeito de determinado município pretenda desenvolver um programa de educação ambiental durante o seu mandato e, para isso, tenha apresentado duas opções, igualmente válidas: o aumento da alíquota do Imposto sobre Serviços (ISS) e/ou a eliminação de cargos em comissão, de livre provimento, com a exoneração dos atuais ocupantes. Nessa situação, o início do programa está condicionado à implementação da(s) medida(s) proposta(s).
- 65** Caso, na elaboração da proposta orçamentária, se verifique que não houve alterações na legislação, que a inflação projetada é de 4,5% e que a estimativa de crescimento do PIB é de 5%, então a previsão de aumento da receita deve ser de 9,5%.

Tendo como referência as Leis Complementares Estaduais n.º 295/2004 e n.º 478/2009, julgue os itens seguintes.

- 66** O cargo de auditor-geral do estado é de livre nomeação e exoneração pelo governador do estado, recaindo a escolha sobre servidor da carreira e sendo-lhe asseguradas as mesmas garantias e prerrogativas dos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.
- 67** O Conselho do Controle da Transparência (CONCECT) tem caráter consultivo, embora se pronuncie acerca de questões técnicas, até mesmo quanto à uniformização da interpretação de atos normativos e procedimentos relativos às atividades da secretaria.

Com base na Lei Complementar Estadual n.º 46/1994, julgue os itens que se seguem.

- 68** Qualquer servidor do estado que constate ilegalidade na realização de despesa ou abuso de poder na cobrança de receita é obrigado a representar contra referidos atos, mas deve indicar elementos de prova com vistas à apuração dos fatos em processo específico.
- 69** Ao servidor público é permitido participar, na condição de proprietário, de sócio ou acionista, de empresa fornecedora de bens ou prestadora de serviços ao estado, sendo-lhe, todavia, vedado atuar como administrador ou gerente da empresa contratada.
- 70** O combate à gripe H1N1 caracteriza necessidade temporária de excepcional interesse público, ensejando a celebração de contrato administrativo de prestação de serviços, por prazo determinado, desde que por prazo máximo improrrogável de seis meses.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação ao pronunciamento conceitual básico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), anexo à Deliberação CVM n.º 539/2008, julgue os itens de **71 a 80**.

- 71** A estrutura conceitual das demonstrações contábeis da entidade visa auxiliar os seus usuários na interpretação de informações preparadas em conformidade com os pronunciamentos técnicos do CPC.
- 72** São usuários das demonstrações contábeis citados na sua estrutura conceitual: investidores; empregados; credores por empréstimos; fornecedores e outros credores comerciais; clientes; governos e suas agências; e o público.
- 73** O objetivo das demonstrações contábeis da entidade é fornecer informações acerca da sua posição patrimonial e financeira, que sejam úteis aos usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica. As demonstrações contábeis não permitem medir o desempenho nem as mudanças na posição financeira da entidade.
- 74** A fim de atingir seus objetivos, as demonstrações contábeis devem ser preparadas em conformidade com o regime de caixa. Segundo esse regime, os efeitos das transações e outros eventos são reconhecidos quando são recebidos ou pagos.
- 75** A prudência estabelece que para ser confiável, a informação constante das demonstrações contábeis deve ser completa, dentro dos limites de materialidade e custo. Uma omissão pode tornar a informação falsa ou distorcida e, portanto, não-confiável e deficiente em termos de sua relevância.
- 76** Os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira são: ativos, passivos e patrimônio líquido.
- 77** O benefício econômico futuro embutido em um ativo é o seu potencial de contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de pagamentos ou equivalentes de caixa para a entidade.
- 78** Uma característica essencial com vistas à existência de um passivo é que a entidade tenha uma obrigação passada.

- 79** Receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de entrada de recursos, de aumento de ativos ou de diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de aporte dos proprietários da entidade.
- 80** Um passivo será reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja exigida em liquidação de uma obrigação presente e o valor dessa liquidação puder ser determinado em bases confiáveis.

Acerca da obrigatoriedade de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, previstas no art. 176 da Lei n.º 6.404/1976, julgue os seguintes itens.

- 81** No fim de cada exercício social, a diretoria deve elaborar, com base na escrituração mercantil, obrigatoriamente, as seguintes demonstrações financeiras: balanço patrimonial, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e, no caso de companhia aberta, demonstração do valor adicionado.
- 82** As notas explicativas devem apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos.
- 83** A companhia não deve divulgar, nas notas explicativas, informações referentes aos investimentos em outras sociedades, mesmo quando relevantes.
- 84** Uma companhia fechada com patrimônio líquido inferior a R\$ 2.000.000,00 na data do balanço não está obrigada a elaborar e publicar a demonstração dos fluxos de caixa.
- 85** Os eventos subsequentes à data de encerramento de um exercício, que tenham ou possam vir a ter efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros de uma companhia, poderão ou não, a critério da entidade, ser divulgados nas notas explicativas.
- 86** As demonstrações financeiras são complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários ao esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

balanço patrimonial encerrado					
	20X1	20X2		20X1	20X2
ativo	R\$	R\$	passivo	R\$	R\$
ativo circulante	1.295.100,00	1.347.450,00	passivo circulante	1.450.500,00	1.138.780,00
disponibilidades	552.400,00	600.250,00	financiamentos	265.500,00	128.780,00
clientes	257.700,00	207.200,00	obrigações fiscais	85.000,00	90.000,00
títulos a receber	322.250,00	250.000,00	outras obrigações	1.100.000,00	920.000,00
(-) provisão para devedores duvidosos	-64.550,00	-42.800,00			
outros créditos	340.000,00	340.000,00	passivo não circulante	1.150.000,00	1.050.000,00
estoques de mercadorias	50.000,00	120.000,00	empréstimos	800.000,00	750.000,00
despesas do exercício seguinte	95.000,00	80.000,00	debêntures	350.000,00	300.000,00
ativo não circulante	4.746.000,00	4.792.600,00			
ativo realizável a longo prazo	200.000,00	222.000,00	patrimônio líquido	3.440.600,00	3.951.270,00
créditos e valores	200.000,00	222.000,00	capital social	2.400.000,00	2.400.000,00
investimentos	906.000,00	1.010.000,00	reservas de capital	350.000,00	350.000,00
participações em outras sociedades	750.000,00	850.000,00	reservas de lucros	690.600,00	1.201.270,00
outros investimentos permanentes	156.000,00	160.000,00			
ativo imobilizado	3.640.000,00	3.560.600,00			
máquinas e equipamentos	3.912.000,00	3.815.600,00			
(-) depreciação acumulada	-272.000,00	-255.000,00			
total do ativo	6.041.100,00	6.140.050,00	total do passivo + PL	6.041.100,00	6.140.050,00

demonstração do resultado do exercício		
descrição	20X1	20X2
receita bruta de vendas de mercadorias, produtos e (ou) serviços	4.320.850,00	2.350.160,00
(-) dedução da receita bruta	- 1.221.800,00	- 543.700,00
vendas canceladas	- 788.000,00	- 320.000,00
impostos e contribuições incidentes sobre vendas e serviços	- 433.800,00	- 223.700,00
(=) receita líquida de vendas	3.099.050,00	1.806.460,00
(-) custo das mercadorias ou produtos vendidos e (ou) serviços prestados	- 1.944.382,50	- 935.840,00
(=) lucro bruto	1.154.667,50	870.620,00
(-) despesas operacionais	- 459.900,00	- 256.700,00
(-) despesas com vendas	- 230.400,00	- 125.500,00
(-) despesas gerais e administrativas	- 150.800,00	- 78.800,00
(-) despesas financeiras líquidas	- 78.700,00	- 52.400,00
(=) lucro operacional	694.767,50	613.920,00
(+) resultado positivo em participações societárias	180.000,00	100.000,00
(=) resultado período-base antes da contribuição social	874.767,50	713.920,00
(-) contribuição social sobre o lucro	- 43.738,38	- 34.850,00
(=) resultado período-base antes do IR	831.029,12	679.070,00
(-) provisão para imposto de renda	- 208.900,00	- 138.400,00
(=) lucro líquido do período-base antes das participações	622.129,12	540.670,00
(-) participações de administradores	- 45.000,00	- 30.000,00
(=) lucro líquido do exercício	577.129,12	510.670,00
(:) número de ações	20.000.000	20.000.000
(=) lucro por ação (LPA)	0,03	0,03

A partir do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício (DRE) de uma companhia, apresentados acima, julgue os itens subsequentes.

- 87 De 20X1 para 20X2, o capital circulante líquido aumentou em R\$ 364.070,00.
- 88 Em 20X2, o índice de liquidez corrente foi igual a 0,89.
- 89 Considerando o lucro líquido apurado no exercício de 20X2, é correto afirmar que o ativo total teve rentabilidade de 8,32%.
- 90 A análise vertical mostra que o percentual de participação do ativo não circulante, apurado em 20X2, foi superior ao percentual de participação do ativo não circulante, calculado em 20X1.
- 91 A análise horizontal mostra que, de 20X1 para 20X2, o valor do passivo não circulante diminuiu mais de 7%.
- 92 Considerando a quantidade de ações do capital da companhia no encerramento do exercício social de 20X1, o valor patrimonial de cada ação foi de R\$ 0,17.
- 93 Com base na DRE e nas informações do balanço patrimonial, é correto afirmar que o valor nominal de cada ação sofreu alteração.

Acerca do critério de avaliação de investimentos em coligadas e controladas, previsto na Lei n.º 6.404/1976, julgue os próximos itens.

- 94** No balanço patrimonial de uma companhia, os investimentos em coligadas ou controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo, ou que estejam sob controle comum, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.
- 95** O valor do investimento é determinado mediante a aplicação, sobre o valor do patrimônio líquido de uma investidora, da porcentagem de participação no capital da coligada ou controlada.

Julgue os itens a seguir quanto ao tratamento a ser dado à dívida pública e aos restos a pagar, segundo as normas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

- 96** Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão do Plano Plurianual (PPA).
- 97** As operações de crédito e as inscrições em restos a pagar deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor.
- 98** Os títulos da dívida pública, ainda que devidamente escriturados em sistema centralizado de liquidação e custódia, não poderão ser oferecidos em caução para a garantia de empréstimos.

A respeito das regras de escrituração e consolidação das contas públicas previstas na LRF, julgue os seguintes itens.

- 99** A receita e a despesa serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa.
- 100** As demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e as operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, excetuando-se empresa estatal dependente.

Com relação aos papéis da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e dos órgãos setoriais na gestão organizacional da contabilidade pública no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- 101** A STN e os órgãos setoriais têm a responsabilidade de manter controle dos compromissos que onerem, direta ou indiretamente, a União junto a entidades ou organismos internacionais.
- 102** Subordinam-se tecnicamente à Secretaria de Orçamento Federal os representantes do Tesouro Nacional nos conselhos fiscais, ou órgãos equivalentes das entidades da administração indireta, controladas direta ou indiretamente pela União.

O balanço patrimonial, nos moldes apresentados na Lei n.º 4.320/1964, é composto por duas colunas distintas: ativo e passivo. Acerca da estrutura e das características dessa demonstração contábil, julgue os itens subsequentes.

- 103** No ativo financeiro e no passivo financeiro encontram-se contabilizados, respectivamente, os valores realizáveis e os compromissos exigíveis que independem de autorização orçamentária para recebimento e pagamento.
- 104** Como comportam situações que mediata ou indiretamente possam afetar o patrimônio, as contas de compensação são também demonstradas no balanço patrimonial.
- 105** Do confronto entre o ativo real e o passivo real é apurado o saldo financeiro que serve de base para abertura de créditos adicionais.

balanço orçamentário (em R\$ mil)			
receita			
títulos	previsão	execução	diferenças
receitas correntes			
receita tributária			
receita patrimonial			
receita industrial			
transferências correntes			
receitas diversas			
receitas de capital			
soma			
deficits			
total			

despesa			
títulos	fixação	execução	diferenças
créditos orçamentários e suplementares			
créditos especiais			
créditos extraordinários			
soma			
superávits			
total			

Com base na estrutura de balanço orçamentário prevista no Anexo 12 da Lei n.º 4.320/1964 e apresentada acima, julgue os próximos itens.

- 106** O balanço orçamentário demonstrará as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.
- 107** O resultado orçamentário do exercício (ROE) é apurado confrontando-se as receitas previstas com as despesas fixadas.
- 108** No balanço orçamentário, tanto a receita executada como a despesa executada referem-se a valores que já cumpriram o fato gerador, independentemente da arrecadação ou do recebimento.
- 109** Para fins de abertura de créditos adicionais, entende-se por excesso de arrecadação o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se ainda a tendência do exercício.

Julgue os itens subsequentes, acerca da estrutura e composição do relatório resumido da execução orçamentária (RREO) e do relatório de gestão fiscal (RGF).

- 110** O RREO integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO), estabelecendo metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- 111** No último quadrimestre, o RGF será acompanhado de demonstrativo das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- 112** A não divulgação do RGF, nos prazos e condições estabelecidos em lei, impedirá que o ente da federação receba transferências voluntárias até que a situação esteja regularizada.

A demonstração das variações patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio e indicará o resultado patrimonial do exercício. Acerca da sua estrutura e características das contas que a compõe, julgue os itens a seguir.

- 113** A DVP é composta por dois grupos: variações ativas e variações passivas, subdivididas em valores resultantes da execução orçamentária e valores independentes da execução orçamentária.
- 114** Apesar de figurarem na estrutura da DVP, as receitas não efetivas e as despesas não efetivas não alteram a situação patrimonial líquida da entidade.
- 115** As superveniências e as insubsistências, ativas e passivas, compõem os valores independentes da execução orçamentária, e provocam alterações na situação patrimonial líquida da entidade.
- 116** O resultado patrimonial do exercício será agregado ao saldo patrimonial acumulado no balanço patrimonial da entidade, possibilitando a apuração da situação patrimonial líquida da entidade.

balanço financeiro (em 31/12/2008)			
receita	R\$	despesa	R\$
orçamentária	2.250.000	orçamentária	2.440.000
receitas correntes	1.680.000	governo e administração geral	1.960.000
receitas de capital	570.000	educação e cultura	480.000
extraorçamentária	440.000	extraorçamentária	450.000
restos a pagar	240.000	restos a pagar	180.000
outras operações	200.000	outras operações	270.000
saldo do exercício anterior	210.000	saldo para o exercício seguinte	10.000
total	2.900.000	total	2.900.000

Considerando o balanço financeiro acima, encerrado no exercício financeiro de 2008, julgue os itens que se seguem.

- 117** Como se trata de um fluxo de caixa, no balanço financeiro, tanto a receita orçamentária como a despesa orçamentária foram contabilizadas pelo regime de caixa.
- 118** Em 2008, a entidade apresentou *deficit* financeiro no valor de R\$ 200.000.
- 119** Em 2008, foram inscritos restos a pagar no valor de R\$ 180.000.
- 120** Em 2009, os restos a pagar inscritos em 2008 serão computados no rol das receitas extraorçamentárias para compensar a sua inclusão no rol das despesas orçamentárias.

RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponíveis será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Com o objetivo de aferir a integralidade do registro contábil do ativo imobilizado do órgão X, o pessoal da área de controle interno da referida entidade vem realizando inventário físico dos bens permanentes registrados nos documentos contábeis desse órgão, selecionando sempre os dez primeiros itens de cada grupo de contas do ativo imobilizado, que representam cerca de 10% da quantidade de bens registrados. Aos bens permanentes relacionados na amostra e não localizados, o pessoal da área de controle interno vem considerando que se trata de "empréstimos" desses bens permanentes a outros setores da mesma entidade, que não foram efetivamente formalizados no setor de patrimônio, por isso não vem realizando apontamento nesse sentido.

Com base nessa situação hipotética, elabore relatório de auditoria acerca da atuação do pessoal da área de controle interno, desenvolvendo, necessariamente, os seguintes tópicos:

- ▶ aspectos considerados na determinação do tamanho da amostra;
- ▶ riscos de amostragem, nos testes de observância e nos testes substantivos, no que se refere à não localização do bem.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

